



INSTITUTO
FOME·ZERO

Agricultura Familiar: agendas futuras

José Graziano da Silva

Instituto Fome Zero

(<https://institutofomezero.org/>)

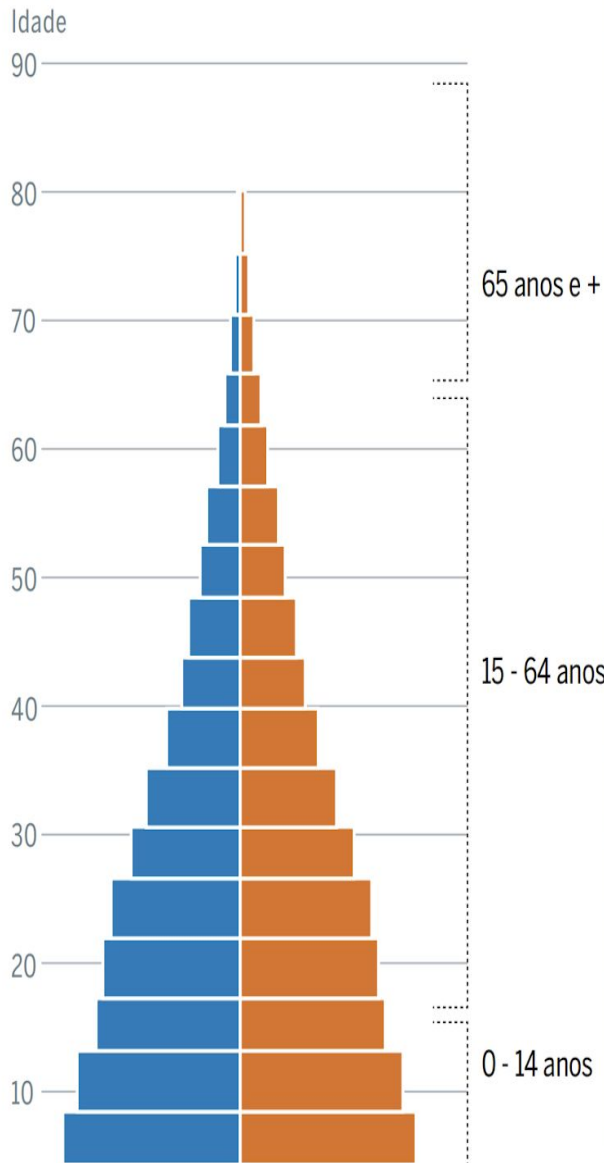


HOMENS

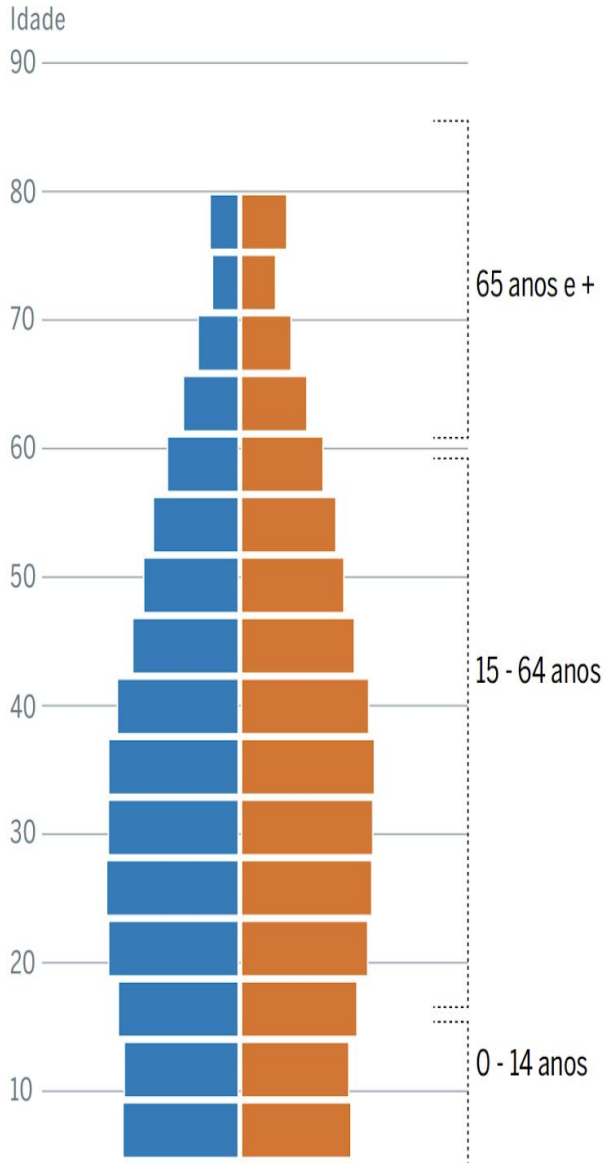


MULHERES

1990



2022

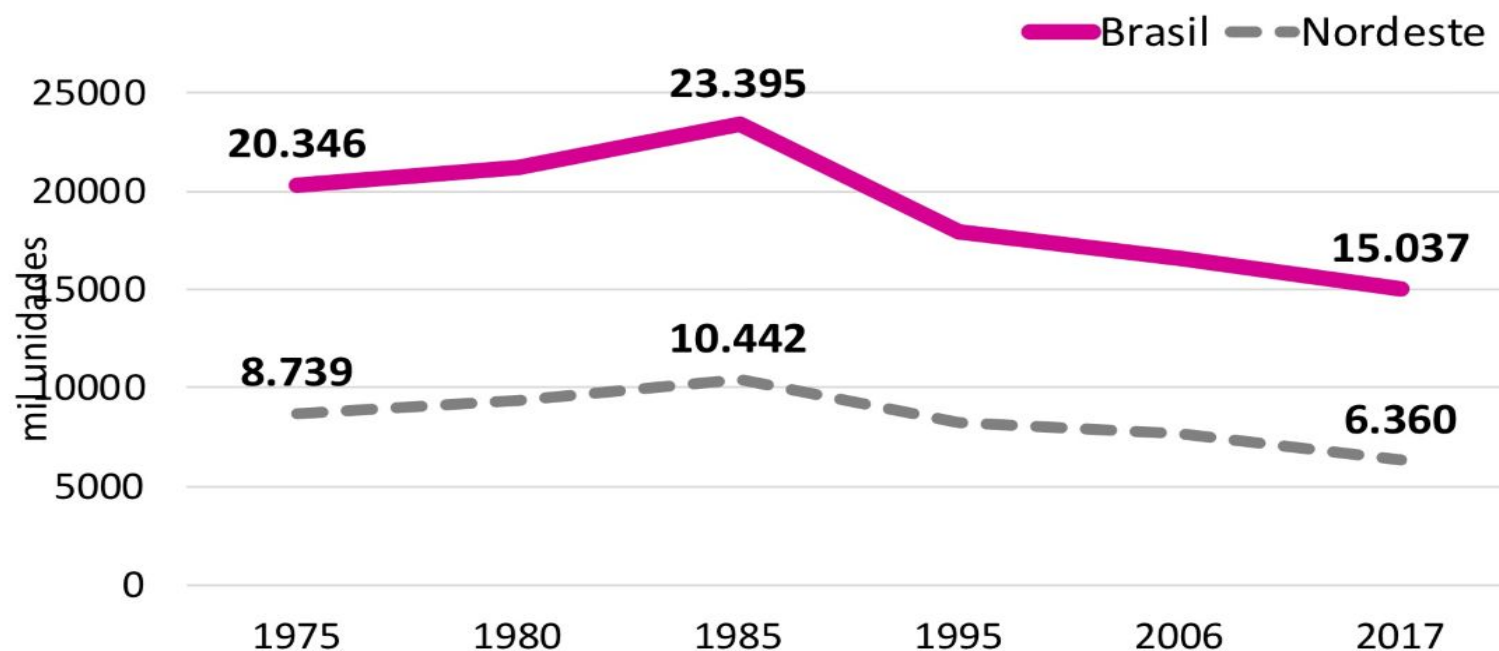


INSTITUTO FOME ZERO

Brasil censos demográficos

Evolução do Pessoal Ocupado na Agricultura

(mil unidades)



Plano Safra 2023/24 Montante para o Pronaf será superior ao da temporada atual, afirma ministro

Agricultura familiar terá mais recursos

Rafael Walendorff
De Brasília

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, afirmou que os valores do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/24 já foram definidos pela cúpula do governo e que os números serão maiores que os da temporada atual, mas não revelou detalhes. Segundo ele, o orçamento para a equalização de juros também vai ter acréscimo, mas a taxa dos financiamentos para os pequenos produtores deverá ficar no patamar atual de 6% ao ano.

O ministro admitiu que os detalhes do plano seguem em elaboração, principalmente em relação à definição dos componentes ambientais e produtivos que poderão gerar alguma redução nos juros para algumas operações.

“A ideia é que essas boas práticas sejam premiadas com taxas de juros menores”, afirmou Paulo Teixeira após reunião ontem com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). “Já temos resultado sobre valor [do Plano Safra], é um valor



Ministro Paulo Teixeira disse que orçamento para a equalização de juros também vai ter acréscimo na nova safra

muito expressivo”, completou.

Na safra atual, o valor disponibilizado para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) chegou a R\$ 60,1 bilhões após remanejamentos.

O objetivo do MDA é oferecer juros mais baratos para atividades sustentáveis, como itens da sociobiodiversidade, e para a produção de alimentos como arroz e feijão. O ministro destacou que, sem es-

ses descontos, a taxa do Pronaf ficará em 6%, mesmo índice da safra 2022/23, que termina dia 30.

“Tem esse ajuste do componente ambiental que devemos definir até terça-feira que vem”, disse Tei-

xeira. O Plano Safra da Agricultura Familiar vai ser anunciado na próxima quarta-feira (28/06).

Ele afirmou ainda que o anúncio do Plano está pendente da decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre o aumento das exigibilidades do crédito rural, ou seja, o percentual que as instituições financeiras que atuam no segmento são obrigadas a aplicar nos financiamentos ao setor. A intenção é elevar o índice que bancos e cooperativas devem emprestar, o que aumenta a disponibilidade final de recursos do Plano Safra.

Os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda defendem o aumento das exigibilidades, mas o Banco Central resiste. “Ainda requer um voto no CMN, mas o governo já se alinhava, já está fazendo diálogo com Banco Central”, disse Teixeira. “Acho que poderá haver um consenso”, completou.

O setor produtivo também quer a elevação dos índices dos atuais 25% para 30% o direcionamento sobre depósitos à vista, de 59% para 64% no caso da poupança rural e

de 35% para 50% nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs).

O ministro aproveitou para defender a redução da taxa básica de juros, tema em debate no Comitê de Política Monetária (Copom) nesta semana. Segundo ele, a diminuição da Selic abre espaço para que o orçamento da equalização seja mais bem aproveitado e possa render mais, já que encurta o espaço entre o custo que os bancos têm para captar os recursos a ser emprestados e a alíquota cobrada nas operações.

Os incentivos com juros menores para quem apresentar adicionalidades ambientais também fazem parte do plano da agricultura empresarial, construído pelo ministro Carlos Fávaro e que será anunciado no dia 27 de junho.

“São ideias extremamente positivas, isso é música para os nossos ouvidos, porque nós já cumprimos tudo isso. Se o governo efetivamente conseguir buscar os recursos para equalizar mais juros ainda para produtores com boas práticas é extremamente positivo”, disse o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR).

Plano ABC+ precisaria de R\$ 382 bi para recuperar pastagens degradadas

Pecuária

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Para promover a recuperação de toda a área de pasto degradado do país, hoje estimada em 95,5 milhões de hectares pelo Mappiomas, o Brasil precisaria desembolsar via Plano ABC+, linha de financiamento do Plano Safra destinada a esse fim, um montante de R\$ 382 bilhões. O valor é 100

vezes superior ao total ofertado pelo governo federal nos últimos cinco anos e leva em consideração um custo médio de R\$ 4 mil por hectare nessa recuperação.

A estimativa foi apresentada por pesquisadores da Partnerships for Forests (P4F) durante divulgação de um estudo inédito que mapeia iniciativas de pecuária sustentável em desenvolvimento no país. O objetivo é fazer um diagnóstico da cadeia e propor soluções para os principais desafios do setor nes-

se sentido, entre eles crédito, comando e controle do desmatamento, rastreabilidade e monitoramento, ganho de escala e mensuração de resultados.

“Apesar dos ganhos evidentes, a difusão das boas práticas para os pecuaristas ainda é um desafio. É fundamental aprofundar o entendimento do assunto, considerando os diferentes ciclos produtivos e os diferentes perfis de produtores. Ainda que com características comuns, o pecuaris-

ta’ é composto por um público heterogêneo, que tende a ser avesso ao risco e a novidades”, aponta o estudo.

Ao todo, foram contabilizadas 112 iniciativas de pecuária sustentável no Brasil envolvendo 142 instituições com reflexo direto na produtividade nacional. A taxa de lotação passou de 1,39 animal por hectare para 1,48 animal por hectare e a produtividade de em arrobas por animal ao ano passou de 16,5 para 17,7.

A comparação entre a região Centro-Oeste e a região Norte do país, que concentram mais da metade do rebanho nacional, revela que esse avanço tem se dado de forma desigual, apontam os pesquisadores.

“Enquanto no Centro-Oeste as áreas de pastagens reduziram e o rebanho aumentou, a região Norte registrou aumento no rebanho junto com o aumento nas áreas de pastagens. Ou seja, enquanto o Centro-Oeste vem transformando

áreas de pastagem em áreas com outros usos e aumentando o rebanho com ganhos de produtividade, na região Norte ocorre o crescimento de lotação de forma “extensiva”, ou seja, concomitante com a expansão de áreas de pastagem, especialmente sobre áreas de vegetação nativa”, aponta a P4F.

valor.com.br

Veja a íntegra do texto sobre iniciativas de pecuária sustentável em www.valor.com.br/agro

Estrutura agrária segundo critérios legais: Brasil, 2017

TIPOS	Número	Área (milhões ha)	Pessoal (milhões)	VBP (%)
Agricultores Familiares	3.897.408	81	10	23%
Pequenos não familiares	853.058	17	3	10%
Médios produtores				
baixa renda	224.895	63	0,9	11%
alta renda	5.379	3	0,1	5%
Grandes produtores				
baixa renda	69.738	109	0,5	7%
alta renda	22.846	78	0,9	44%
TOTAL BRASIL	5.073.324	351	15	100%

Fonte: DelGrossi, tabulações especiais do Censo Agropecuário 2017.

Notas: Agricultores familiares: atendem aos critérios do Decreto 9.064/2017

Pequenos não familiares: com até 4 módulos fiscais mas não se adequam aos critérios do Decreto 9.064/2017

Médios produtores: mais de 4 até 15 módulos fiscais

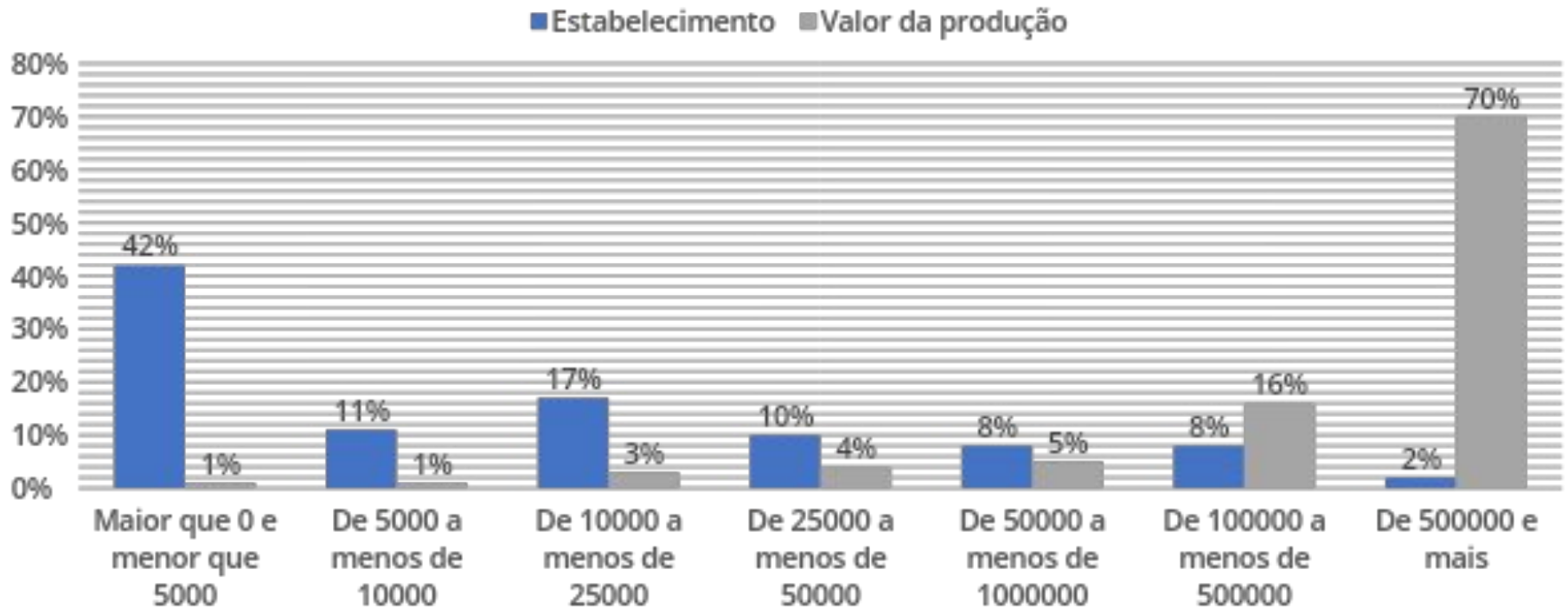
Grandes produtores: mais de 15 módulos fiscais

Baixa renda: atendem aos critérios do Pronamp

Alta renda: ultrapassam a renda do Pronamp

Concentração da terra acelera concentração da produção (e vice-versa!)

Distribuição do valor da produção dos Estabelecimentos no Brasil - 2017



Fonte: adaptado de Schneider, NEPP-PT, set.21



Participação da agricultura familiar nas regiões do Brasil - 2017

	Nº Estabelecimentos	%
Norte	480.575	12,3
Nordeste	1.838.846	47,2
Sudeste	688.945	17,7
Sul	665.767	17,1
Centro-Oeste	223.275	5,7
Brasil	3.897.408	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).



INSTITUTO
FOME ZERO

Cada vez Menos
Gente Ocupada,
reduz-se número de
produtores

Agricultura
Familiar no
Brasil 2016/17

População Mais
Idosa é Maioria

Mais Ocupados
em Atividades
Não-Agrícolas

Censo Agropecuário 2017

TIPO	Estabelecimentos (mil)		Área (milhões ha)		Emprego (milhões de pessoas)		Valor da Produção (Bilhões R\$)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Agricultura Familiar	3,897	77%	80.9	23%	10.1	67%	106	23%
PRONAF B	2,733	54%	41.5	12%	6.7	44%	13	3%
PRONAF V	1,139	22%	37.9	11%	3.3	22%	74	16%
Familiar Não Pronaf	26	1%	1.5	0%	0.1	1%	19	4%
Não familiar	1,176	23%	270.4	77%	5.0	33%	356	77%
TOTAL	5,073	100%	351.3	100%	15.1	100%	462	100%

Fonte: IBGE/SIDRA PRONAF B: até R\$ 20 mil/ano;
 PRONAF V: de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil/ano;
 NÃO PRONAF: valor da produção acima de R\$ 360 mil

Tabela 3: Número de estabelecimentos segundo a agricultura familiar e grupos do PRONAF¹, segundo as legislações vigentes em 2006 e em 2017. Censos Agropecuários, Brasil.

Classificação	CENSO AGRO 2006		CENSO AGRO 2017
	Normas 2006	Normas 2017	Normas 2017
Agricultura não familiar	809.369	870.531	1.175.916
Agricultura familiar	4.366.267	4.305.105	3.897.408
PRONAF Grupo B	-	3.412.514	2.732.790
PRONAF Grupo V	-	860.566	1.138.885
Não Pronafiano	-	32.025	25.733

PRONAF B: até R\$ 20 mil/ano;
 PRONAF V: de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil/ano;
 NÃO PRONAF: valor da produção acima de R\$ 360 mil



Número de estabelecimentos com até 4 módulos fiscais retirados da classificação da agricultura familiar (AF), segundo os requisitos legais.

Condição Normativa de Exclusão da AF	2006	2017
Cooperativas, SA's, LTDA's ou Governos	48,943	5,447
Dirigidos por administrador contratado	104,659	602
Predomínio de mão de obra contratada	86,137	177,095
Predomínio das rendas obtidas fora do estabelecimento	302,028	660,992
Outros critérios	73	8,922
Total de desclassificados da agricultura familiar	541,840	853,058

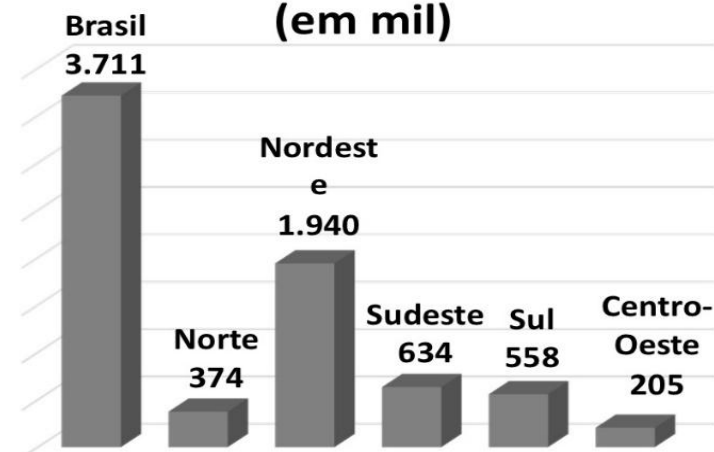
Nota: exclusões realizadas de forma sucessivas.

Fonte: DELGROSSI et al, 2020, a partir dos Censos Agropecuários do IBGE.

Outras Receitas dos Estabelecimentos - Não-Agrícolas

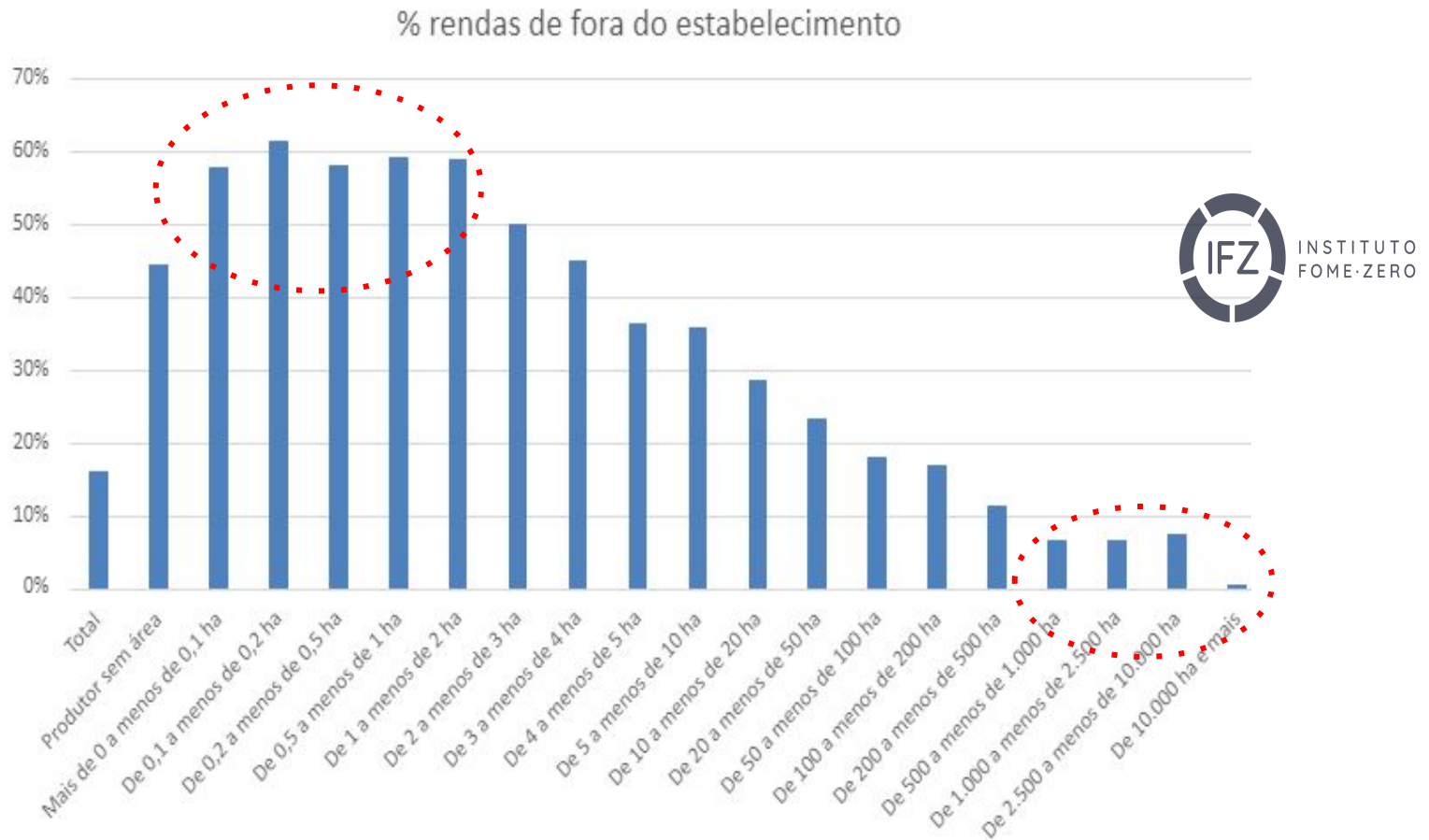
Outras receitas do estabelecimento	Brasil (mil un)	Particip. %
Total	3.710,5	100,0
Desinvestimentos	113,1	3,0
Serviço de turismo rural	4,0	0,1
Exploração mineral	3,7	0,1
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	27,4	0,7
Outras receitas do estabelecimento	217,9	5,9
Recursos de aposentadorias ou pensões	1.956,3	52,7
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	1.143,8	30,8
Rec. de prêmio de Prog. Garantia Safrá	234,2	6,3
Rec. de prêmio de PROAGRO Mais	8,4	0,2
Rec. do Prog. Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	8,1	0,2
Rec. de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Prog. Estaduais)	15,4	0,4
Provenientes de Prog. dos Governos (federal, estadual ou municipal)	908,7	24,5

Total Estabelecimentos (em mil)



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017
Tabela 6792, Cedidas por J.G. Gasques

Em quase 60% estabelecimentos <2ha maior parte renda vem de fora!



Censos agropecuários 2006 e 2017

TIPO	Número (Milhões)			Área (Milhões de ha)			Emprego (Milhões de pessoas)		
	2006	2017	Diferença abs	2006	2017	Diferença abs	2006	2017	Diferença abs
Agricultura Familiar	4,3	3,9	-0,4	81,0	81,0	0,0	12,3	10,1	-2,2
PRONAF B*	3,4	2,7	-0,7	54,0	42,0	-12,0	9,3	6,7	-2,6
PRONAF V	0,9	1,1	0,3	26,0	38,0	12,0	2,9	3,3	0,4
Familiar Não Pronaf**	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Não familiar	0,9	1,2	0,3	252,0	270,0	18,0	4,3	5,0	0,7
TOTAL	5,2	5,1	-0,1	333,0	351,0	18,0	16,6	15,1	-1,5

*PRONAF B: até R\$ 20 mil/ano

**Familiar NÃO PRONAF: mais de R\$ 360 mil/ano PRONAF V: de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil/ano

Fonte: Coordenão de Estatísticas Agropecuárias do IBGE
- organização Mauro Delgrossi

Estimativa estab agrop para 2023

TIPO	Censo agropecuário		taxa cresc. (%a.a.)	Estimado para 2023		
	2006	2017		Total	Diferença	Variação
Agricultura familiar	4,3	3,9	-0,9	3,7	-0,2	-6%
PRONAF B*	3,4	2,7	-1,8	2,4	-0,4	-14%
PRONAF V	0,9	1,1	+2,9	1,3	0,2	13%
Familiar Não Pronaf**	0,0	0,0	-1,8	0,0	0,0	-15%
Agricultura não familiar	0,9	1,2	+3,9	1,3	0,2	14%
TOTAL	5,2	5,1	-	5,0	-0,1	-

*PRONAF B: até R\$ 20 mil/ano

**Familiar NÃO PRONAF: mais de R\$ 360 mil/ano PRONAF V: de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil/ano



DISTRIBUIÇÃO ENTRE AS REGIÕES

REGIÕES	Autoconsumo		Comercialização	
	(milhares)	(%)	(milhares)	(%)
NORTE	171	8%	410	14%
NORDESTE	1,416	69%	907	30%
SUDESTE	214	10%	756	25%
SUL	166	8%	687	23%
CENTRO-OESTE	83	4%	264	9%
BRASIL	2,050	100%	3,024	100%

FINALIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO

REGIÕES	Autoconsumo (%)	Comercialização (%)	Total (%)
NORTE	29%	71%	100%
NORDESTE	61%	39%	100%
SUDESTE	22%	78%	100%
SUL	20%	80%	100%
CENTRO-OESTE	24%	76%	100%
BRASIL	40%	60%	100%

Agricultores familiares segundo a insegurança alimentar

REGIÃO	IA GRAVE		IA GRAVE+MODERADA	
	%	milhares de estabelecimentos	%	milhares de estabelecimentos
Brasil	21,8	850	37,9	1.477
Norte	40,2	193	54,6	262
Nordeste	22,6	416	43,6	802
Centro-Oeste	16,5	37	38,6	86
Sudeste	15,6	107	22,1	152
Sul	10,3	69	13,8	92

Fonte: VIGISAN 2022 (margem de erro 2% a 7%) /CENSO AGRO 2017.

Nota: sem considerar agricultores pluriativos não classificados como familiares.

Dados Nacionais sobre Segurança e Insegurança Alimentar



NORTE

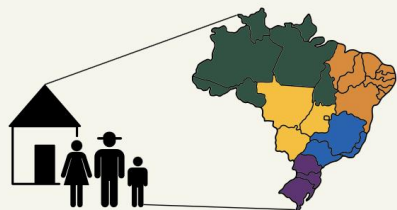
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

BRASIL



211.755.692

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)



41,3%
Segurança Alimentar



58,7%
Insegurança Alimentar

Níveis



Segurança Alimentar



Insegurança Alimentar Leve



Insegurança Alimentar Moderada



Insegurança Alimentar Grave

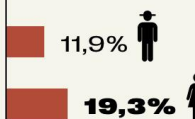
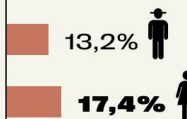
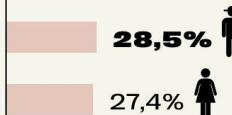
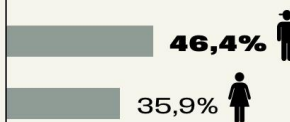
Por Domicilio



Agricultores Familiares Produtores Rurais



Por Sexo



! NORTE

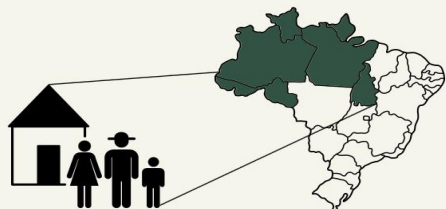
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

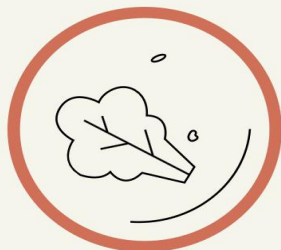
BRASIL



18.672.591

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)

28,4%
Segurança Alimentar



71,6%
Insegurança Alimentar

Níveis

Por Domicílio

Agricultores Familiares Produtores Rurais

Por Sexo*



Segurança Alimentar



28,4%

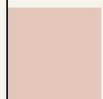


20,1%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Leve



26,4%

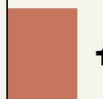


25,3%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Moderada



19,5%



14,4%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Grave



25,7%



40,2%

N/D
N/D

*Dados indisponíveis até o momento.

Fonte: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



NORTE

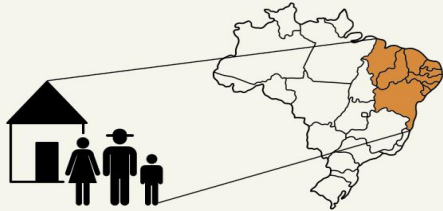
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

BRASIL



57.374.243

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)



31,9%
Segurança Alimentar



68,1%
Insegurança Alimentar

Níveis

Por Domicilio

Agricultores Familiares
Produtores Rurais

Por Sexo*



Segurança Alimentar



31,9%

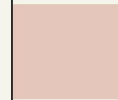


16,4%

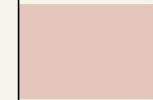
N/D
N/D



Insegurança Alimentar Leve



29,6%



40%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Moderada



17,4%



21%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Grave



21,1%



22,6%

N/D
N/D

*Dados indisponíveis até o momento.

Fonte: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



NORTE

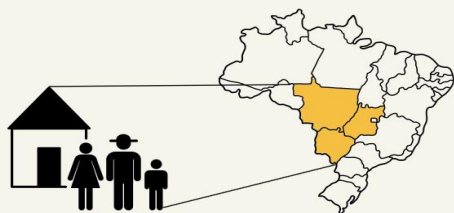
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

BRASIL



16.504.303

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)



40,5%
Segurança Alimentar



59,5%
Insegurança Alimentar

Níveis

Por Domicilio

Agricultores Familiares Produtores Rurais

Por Sexo*



Segurança Alimentar



40,5%

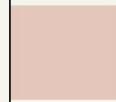


32,6%

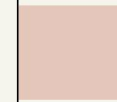
N/D
N/D



Insegurança Alimentar Leve



31,1%

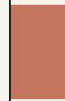


28,8%

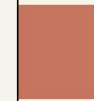
N/D
N/D



Insegurança Alimentar Moderada



15,5%



22,1%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Grave



12,9%



16,5%

N/D
N/D

*Dados indisponíveis até o momento.

Fonte: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



NORTE

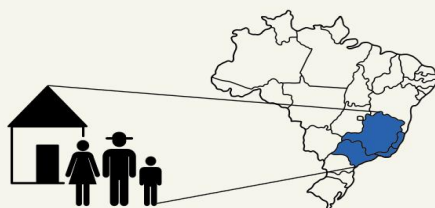
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

BRASIL



89.012.240

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)



45,4%
Segurança Alimentar



54,6%
Insegurança Alimentar

Níveis

Por Domicílio

Agricultores Familiares Produtores Rurais

Por Sexo*



Segurança Alimentar



N/D
N/D



Insegurança Alimentar Leve



N/D
N/D



Insegurança Alimentar Moderada



N/D
N/D



Insegurança Alimentar Grave



N/D
N/D

*Dados indisponíveis até o momento.

Fonte: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



NORTE

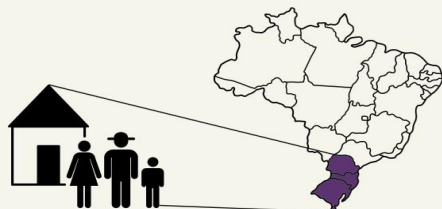
NORDESTE

CENTRO-OESTE

SUDESTE

SUL

BRASIL



30.192.315

Estimativa População Residente (IBGE, 2020)



51,8%
Segurança Alimentar



48,2%
Insegurança Alimentar

Níveis

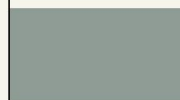
Por Domicílio

Agricultores Familiares Produtores Rurais

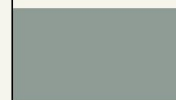
Por Sexo*



Segurança Alimentar



51,8%

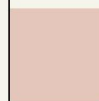


70,2%

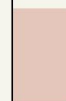
N/D
N/D



Insegurança Alimentar Leve



26,5%



16%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Moderada



11,8%



3,5%

N/D
N/D



Insegurança Alimentar Grave



9,9%



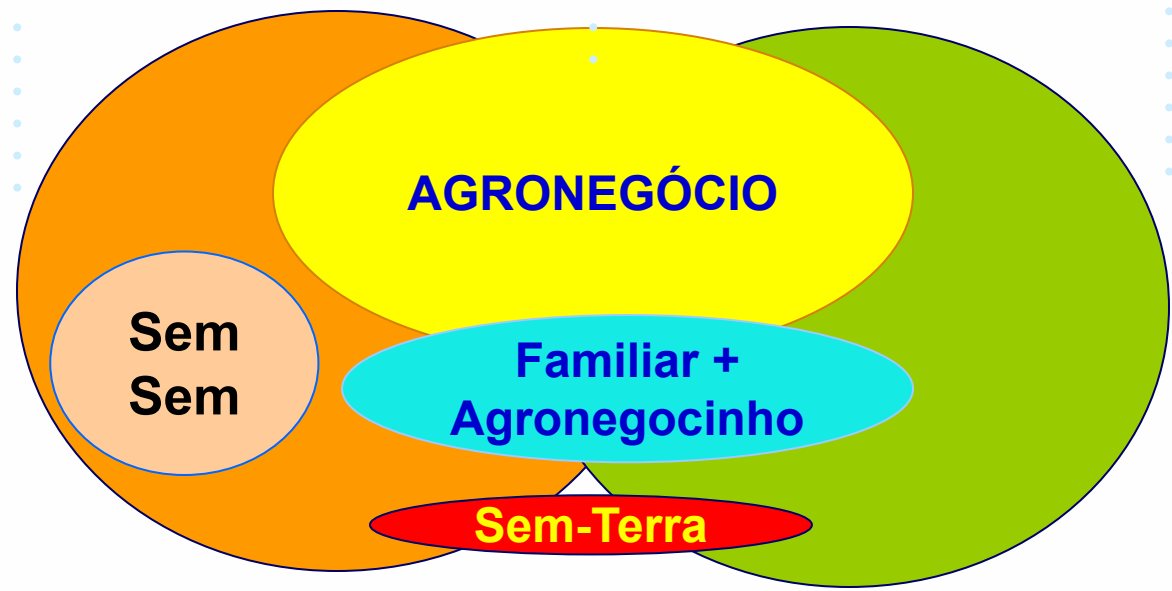
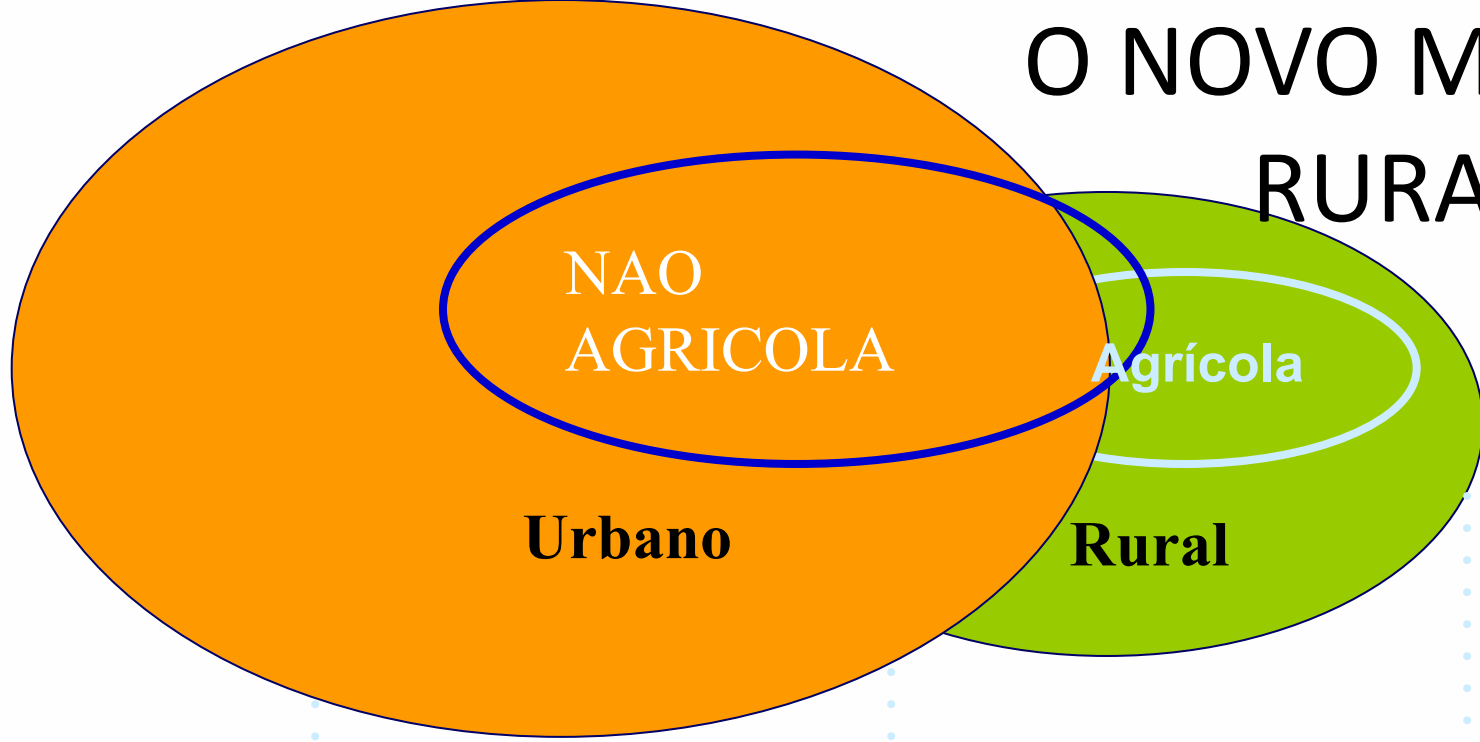
10,3%

N/D
N/D

*Dados indisponíveis até o momento.

Fonte: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

O NOVO MUNDO RURAL





Obrigado!
WWW.IFZ.ORG.BR

